



## PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Nº 0011964/2022

Modalidade: Pregão Presencial

Edital Nº 33/2022

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de campina verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência.

**JUSTIFICATIVA:** Para uma efetiva arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, é imprescindível que a Administração Pública conte com sustentação administrativa e operacional, a partir do redesenho de processos, estudo e normatização de procedimentos, para uma factual arrecadação dos tributos da competência constitucional do município, com a padronização de procedimentos de fiscalização e adoção de parâmetros com a correção e melhoria nos processos. Pretende-se dentre os serviços a consultoria de execução fiscal em diversos setores de prestação de serviços no município, como os de instituições financeiras, cartão de crédito/débito, cartórios e construção civil, com vistas à capacitação da fiscalização tributária nas realizações das auditorias fiscais, inclusive na arrecadação do ISSQN devido pelas empresas optantes pelo regime do Simples Nacional, dentre outros serviços, com vistas a melhorar a arrecadação das receitas. A consultoria tributária consiste na assistência direta aos servidores da Secretaria de Fazenda, através de auxílio técnico na consecução de seus serviços, tanto na implantação de mecanismos legais de fiscalização fundamentados na legislação específica, como na assistência e eliminação de dúvidas quanto a aplicação da legislação, com fornecimento de soluções e instruções específicas para segurança e adequação. Por todo o exposto, justifica-se, a contratação de uma equipe técnica especializada para orientar as atividades dos servidores da Secretaria de Fazenda na realização de atos e procedimentos adequados às normas atuais determinadas, para fins de controle e melhor arrecadação dos tributos municipais, com planejamento e organização dos procedimentos de fiscalização, que resultarão na boa execução da gestão pública.

### 1-PREÂMBULO

1.1- O Município de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 18.457.291/0001-07, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38.270-000 - Campina Verde-MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, Edital Nº 33/2022, tipo PREGÃO PRESENCIAL para escolha da proposta mais vantajosa com conceito de auxiliar o município de Campina Verde nas melhores práticas de governança pública partindo das premissas voltada à administração direta pública e atendendo aos interesses da municipalidade., nos termos da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, da Lei Complementar Nº 123, de 16 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando-se, substancialmente, no que couber a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Lei Municipal Nº 1.791 de 30.08.2010, esta no que couber e demais exigências deste Edital; cuja Proposta de Preços e Documentação de Habilitação deverá ser entregue na data, local e horário abaixo mencionado.

1.2- O Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela Portaria Nº 03/2022 de 03 de janeiro de 2022 receberá os documentos de Credenciamento, envelopes de proposta de preço e de documentação de Habilitação e dará início à sessão pública de julgamento, na data, horário e local indicados:



1.2.1 - Data: 10 de junho de 2022;

1.2.2 - Horário: Até às 09:00 horas;

1.2.3 - Local: Sede do Município localizado à Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38.270-000 – Campina Verde-MG

1.2.4 - Data de Abertura dos Envelopes de proposta de Preço e de Documentos de Habilitação dia 10 de junho de 2022, após o encerramento do credenciamento.

1.3- Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

## 2 – DO OBJETO

2.1 - Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de campina verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

## 3 - DA DOCUMENTAÇÃO INICIAL PARA O CREDENCIAMENTO

### (DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA FORA DOSENVELOPES)

3.1 - Os interessados deverão apresentar-se, perante o Pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munidos dos seguintes documentos:

3.1.1 - **CARTA CREDENCIAL/PROCURAÇÃO** (modelo – Anexo II);

3.1.1.1 - **Se for procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, na qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa licitante, **a procuração deverá ter firma reconhecida.**

3.1.1.2 - Os representantes deverão identificar-se exibindo o documento oficial de identificação que contenha foto;

3.2.1 - **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** (modelo Anexo III);

3.2.2 - Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC no 103/2007, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes.

3.3 - O/A representante da licitante, devidamente credenciado, poderá no período de credenciamento, de próprio punho, declarar que cumpre plenamente os Requisitos de Habilitação solicitados no edital, caso não tenha feito antes.

3.4 - **DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS** (modelo – Anexo IV)

3.5 - **CÓPIA OU ORIGINAL DO ESTATUTO SOCIAL, CONTRATO SOCIAL OU REGISTRO COMERCIAL NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE TAL INVESTIDURA, (SE CÓPIA, APRESENTAR O ORIGINAL PARA CONFERÊNCIA);**

3.6 - A EMPRESA QUE NÃO APRESENTAR OS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO SERÁ CONSIDERADA INABILITADA, NÃO PODENDO APRESENTAR LANCES, NÃO PODERÁ MANIFESTAR-SE DURANTE A SESSÃO E FICARÁ IMPOSSIBILITADA DE RESPONDER PELA LICITANTE, E INTERPOR RECURSO EM QUALQUER



FASE DA LICITAÇÃO, **SOMENTE SERÁ APROVEITADA A SUA PROPOSTA INICIALESCRITA.**

#### **4 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

4.1 - O Edital completo estará disponível para exame de todos no site do Município: [www.campinaverde.mg.gov.br](http://www.campinaverde.mg.gov.br) ou no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG, à rua 30 Nº 296, bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38270-000, Campina Verde/MG, no horário das 13:00 às 17:00 horas, se segunda a sexta-feira, exceto feriados, ou ainda, através de solicitação pelo e-mail [licitacao03@campinaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao03@campinaverde.mg.gov.br). Telefone para contato: (34)3412-9117.

4.2 - Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação serão recebidos até as 09:00 horas do dia 10 de JUNHO de 2022, no Protocolo Geral da Sede da Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG, localizada no endereço acima mencionado, onde serão apresentados na Sessão Pública de Processamento do Pregão Presencial, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

4.3 - O HORÁRIO DE PROTOCOLO DOS ENVELOPES ENCERRA-SE ÀS 09:00 HORAS, DO DIA 10 de JUNHO de 2022, PORTANTO, NÃO SERÁ ACEITO PROTOCOLO DE ENVELOPE TARDIO;

4.4 - A sessão pública de realização do Pregão Presencial será conduzida pelo pregoeiro, que terá atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à Licitação.

4.5 - A disputa entre os interessados ocorrerá através de propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública;

4.6 - Até 02(dois) dias úteis antes da data fixada para realização da sessão pública; qualquer pessoa poderá questionar ou solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão mediante petição por escrito e protocolado no protocolo geral à Rua 30 Nº 206, Bairro Medalha Milagrosa, CEP: 38.270-000 em Campina Verde/MG, no horário de 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta feira, exceto, feriados, e , devendo o Município, através do Pregoeiro, julgar e responder sobre a petição no prazo máximo de 24(vinte e quatro)horas;

4.7 - A manifestação da intenção de recorrer sobre o julgamento das propostas e documentação habilitadora e sessão do Pregão, será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes credenciados, registrarem em ata a síntese de suas razões;

4.8 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar a documentação exigida para o Credenciamento e entregarão os envelopes contendo as propostas e a documentação exigida no certame;

#### **5 - DAS CONDIÇÕES PARAPARTICIPAÇÃO**

5.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

5.2 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5.3 - Caso o ramo de atividade no seu ato constitutivo não seja pertinente ao objeto da contratação, e/ou incompleto, a empresa não será credenciada por não atender as condições de credenciamento<sup>1</sup>.

5.4 - Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9.º da Lei Federal n.º 8.666/93, não será permitida a participação de empresas:

a) Estrangeiras que não funcionem no país;

b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e as que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

c) Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02;

d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/98;

e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

f) Com falência decretada;

e) Entidades do Terceiro Setor;

<sup>1</sup>ACÓRDÃO Nº 42/2014 - TCU - Plenário – O CNAE é apenas um indicador, mas não pode ser tomado como prova absoluta acerca da compatibilidade ou não entre a atividade do licitante e o objeto licitado – Acórdão 1.203/2011 - TCU – Plenário.

<sup>2</sup>(...) Art. 9 o Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. (...) § 1 o É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada. (...) § 2 o O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração. (...) § 3 o Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. (...) § 4 o O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

5.5 - Que não seja ou não possua entre seus sócios pessoais ligadas ao Prefeito, Vice- Prefeito, Vereadores ou servidores deste Município, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o 2º Grau ou por adoção.

## 6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - As Propostas de Preços serão entregues em **envelopes lacrados**, constando na parte externa as seguintes indicações;

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

Processo Nº 0011964/2022

Modalidade: Pregão Presencial

Edital Nº 33/2022

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

6.2 - A proposta de preços deverá ser digitada e apresentada em via rubricada e assinada pelo titular ou representante legal da proponente, sem emendas rasuras, ressalvas ou entrelinhas, informando os dados cadastrais da empresa, tais como: Razão Social, CNPJ, Endereço completo, CEP, cidade, telefone, e-mail, etc., podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo VI deste edital;

6.3 - Valor unitário e total para cada item/serviço proposto já incluído todo custo com frete, impostos e demais encargos;

6.4 - Ocorrendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário;

6.5 - Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 64, da lei nº 8.666/93;

6.5.1- O referido prazo de validade das propostas ficará suspenso caso haja interposição de recursos;

6.6- Preço unitário e total em algarismos e por extenso, ocorrendo divergência entre os valores, prevalecerá o por extenso;

6.7- Os valores propostos deverão ser apresentados com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula;

6.8 - As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o Artigo 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

6.9 - Apresentação da proposta de preços da licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e as condições estabelecidas neste Edital, e que obteve as informações necessárias antes de preparar sua proposta de preços;

6.10 - Fica entendido que as especificações e toda a documentação de licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;



6.11 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão Presencial, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

6.12 - Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescido dos respectivos encargos;

6.13 - Serão desclassificadas as propostas que tenham sido feitas em desacordo com as exigências do presente Pregão Presencial, bem como as que contemplem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim como não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagem não prevista neste Edital;

6.14 - A protocolização dos envelopes faz prova de que a licitante adere inexoravelmente ao procedimento licitatório;

6.15 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterada quanto ao seu mérito, à proposta apresentada, tanto no que se referem ao preço, condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais.

## 7 - DOS DOCUMENTOS PARAHABILITAÇÃO

7.1 - Para a habilitação na presente licitação as proponentes interessadas deverão apresentar os documentos constantes dos subitens seguintes, em **envelopes lacrados**, contendo na parte externa as indicações conforme abaixo:

ENVELOPE Nº 02 – “HABILITAÇÃO”	
NOME DA EMPRESA:	
CNPJ :	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	
CEP:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
	Processo Nº 0011964/2022
	Modalidade: Pregão Presencial
	Edital Nº 33/2022
	Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL



## **7.2 - QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.2.1 - Registro comercial e cópia da Cédula de Identidade do Representante legal da empresa no caso de empresa individual;

7.2.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, acompanhado da cópia do RG ou outro documento oficial com foto e do CPF, de seus sócios ou sócio administrador da empresa;

7.2.3 - Em se tratando de sociedade por ações cópia da documentação de eleição de seus administradores acompanhada de cópia do RG ou outro documento oficial com foto e do CPF, dos mesmos;

7.2.4 - Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

7.2.5 - As declarações constantes dos anexos do presente edital deverão preferencialmente ser impressos em papel timbrado da empresa contendo (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO COM CEP E CIDADE, TELEFONE, ETC);

## **7.3 - QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

7.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

7.3.2 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Secretaria da Receita Federal – **PGFN**;

7.3.3 - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

7.3.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, Estado sede do licitante;

7.3.5 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), comprovando a inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

## **7.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

7.4.1 - Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor na sede da Pessoa Jurídica, com data não superior de 90 (noventa) dias da sua emissão.

7.4.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanços provisórios;

7.4.3 - O balanço patrimonial deverá ser assinado por representante legal da empresa e por Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, indicando o número de folha do livro diário o qual foram transcritos, contendo o termo de abertura e encerramento.

7.4.4 - As formulas do item abaixo, deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntados ao balanço, todavia, caso o memorial não seja apresentado, fica facultado a comissão reservar-se o direito de efetuar os cálculos, sobre pena de desclassificação do licitante;



7.4.5 - Comprovação de boa situação financeira nos termos do art.31, §5º da Lei nº 8.666/93, pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (um) calculados com a aplicação das fórmulas abaixo, evidenciadas pela própria licitante:

a - Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM INTEIRO), a ser obtido pela fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde: AC é o Ativo Circulante e PC é o Passivo Circulante.

b - Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM INTEIRO), a ser obtido pela fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Onde: RLP é o Realizável a Longo Prazo e ELP é o Exigível a Longo Prazo.

c - Solvência Geral (SG), igual ou superior a 1,0 (UM INTEIRO) a ser obtido pela fórmula:

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Para empresas novas, constituídas no exercício de 2021, o balanço será o de abertura.

## 7.5 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, o(s) qual(ais) mencione(m) o fornecimento ou a prestação de serviços referentes ao(s) item(ens) ou fornecimento(s) Objeto deste Edital, para o(s) qual(ais) apresentará proposta, será sempre admitida a comprovação de aptidão similar de complexidade equivalente ou superior, sendo vedada a exigência de comprovação de aptidão que iniba a participação na licitação, conforme art. 30 § 3º, § 5º Lei 8.666/93.

7.5.2 - Os atestados técnicos solicitados deverão ser emitido em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, com a identificação clara do signatário, inclusive com a indicação do cargo que ocupa.

7.5.3 - O licitante deverá possuir equipe técnica composta por 01 (um) profissional habilitado em administração, 01 (um) profissional habilitado em contabilidade e 01 (um) profissional habilitado em direito, para compor a equipe de trabalho com registro e regularidade cadastral dos profissionais nos respectivos Conselhos de Classe, mediante comprovação de vínculo através de apresentação de cópia da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social do profissional ou cópia do contrato social da empresa em que conste o profissional integrante da sociedade ou contrato de freelancer de prestação de serviços ou para os sócios e diretores mediante apresentação do contrato social vigente.

7.5.4 - Certidão de Regularidade Pessoa Física e Jurídica em vigência, emitido pelo Conselho Regional de Administração- CRA da sede da licitante.

7.5.5 - Declaração formal assinada pelo profissional e pelo responsável da empresa, de que estarão disponíveis para a prestação de serviços, declarando, ainda, que os mesmos somente serão substituídos, caso cumpridas as exigências do art. 30, §10 da Lei 8.666/93 e alterações.

7.5.6 - Comprovante de formação de um dos integrantes da equipe técnica, por meio de apresentação de certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou MBA lato sensu ou stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) reconhecido pelo MEC, em Controle Interno no setor público municipal.



7.5.7 - Comprovante de formação de um dos integrantes da equipe técnica, por meio de apresentação de certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou MBA lato sensu ou stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) reconhecido pelo MEC em Gestão Pública.

7.5.8 - Comprovante de formação de um dos integrantes da equipe técnica, por meio de apresentação de certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou MBA lato sensu ou stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) reconhecido pelo MEC em Planejamento Orçamentário.

7.5.9 - Comprovante de formação de um dos integrantes da equipe técnica, por meio de apresentação de certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou MBA lato sensu ou stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) reconhecido pelo MEC em Auditoria Governamental no setor Público Municipal.

7.5.10 – Comprovante de formação de um dos integrantes da equipe técnica, por meio de apresentação de certificado de conclusão de curso de Gestão Tributária Municipal.

7.5.11 - Alvará de Funcionamento dentro do prazo vigente, expedido pelo Município da Sede da proponente;

7.5.12 - Comprovações de capacitações, cursos e treinamentos na área da Administração Pública em no mínimo de 1000 horas comprovadas com certificados;

7.5.13 – O não atendimento ao previsto nos itens acima ensejará a inabilitação da licitante.

#### **7.6 – Outras Comprovações:**

7.6.1 - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Modelo **Anexo III**);

7.6.2 - Declarações Obrigatórias – (Modelo – **Anexo IV**);

7.6.3 - Declaração de Enquadramento como ME ou EPP, se for o caso; (Modelo – **Anexo V**).

#### **Observação.**

a) **As declarações relacionadas nos itens: 7.6.1; 7.6.2 e 7.6.3, deverão ser entregues juntamente com os documentos do credenciamento (fora dos envelopes de propostas de documentação habilitadora);**

**b) Os documentos que forem apresentados no Credenciamento, não precisarão constar no Envelope nº 2 “Documentos de Habilitação”**

**7.7- Serão considerados inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem com vícios;**

7.8 - Os documentos acima mencionados deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Se cópia simples, apresentar os originais para conferência.

7.9 - Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo 60 (sessenta) dias, após a sua data de emissão.

7.10 - As microempresas e empresas de pequeno porte beneficiadas pela Lei Complementar nº. 123/06 deverão apresentar toda a documentação exigida, incluindo a regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será

7.11 assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da



Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.12 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior (7.10), implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

8.1 - Na data, horário e local indicados neste Edital, será aberta a Sessão Pública de Processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame;

8.2 - Encerrado o credenciamento, será iniciada a abertura dos envelopes de Proposta de Preços, não sendo aceito o ingresso de nenhum representante tardio, a proponente que deixar de realizar o credenciamento esta ficará impedida de ofertar lances, interpor recursos e manifestar-se durante a sessão, sendo aproveitada somente a sua proposta escrita inicial;

8.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

8.3.1 - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

8.3.2 - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais Proponentes;

8.3.3 - Com preços excessivos (manifestamente superiores ao limite de preços de mercado), tomando como paradigma a “estimativa de valor previsto neste edital”.

8.3.3.1- A estimativa de valores previstos neste edital, poderá variar para mais ou para menos, dependendo da política de preços e ou variação dos insumos no momento do Pregão.

8.3.4 - Com preços manifestadamente inexequíveis;

8.3.5 - Os itens apresentados pelas proponentes deverão respeitar as especificações e valores máximos constantes do Termo de Referência do presente edital a proposta que desobedecer - la, será considerada em desacordo com as exigências deste Pregão Presencial, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO, ficando a critério do Pregoeiro avaliar sua aceitação se identificado alguma justificativa plausível.

8.4 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se as correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;

8.5 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

8.5.1 - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

8.6 - Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número;

8.7 - O Pregoeiro convidará individualmente as Proponentes autoras das propostas selecionadas a formular lances verbais de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor;

8.8 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço;

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de apresentação de lance verbal, com a manutenção do último preço por ele apresentado para efeito de ordenação das propostas. Caso todas as licitantes se recusem a apresentar lances verbais, a ordem de classificação das propostas escritas será mantida;

8.10 - A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Pregoeiro considerar necessário e somente será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances;

8.11 - O Pregoeiro poderá negociar com a Proponente autora da proposta de menor valor com vistas à redução do preço;

8.12 - Na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

8.12.1 - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.12.2 - Entretanto, ocorrendo o empate conforme descrito nos subitens anteriores, o objeto da contratação não será adjudicado imediatamente a ME ou EPP. Deverá ser realizado o seguinte procedimento:

8.12.3 - **Estabelece** que ("*a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.*")

8.12.2.1 - A ME ou EPP mais bem classificada, dentre as que se enquadrem nas condições aventadas (propostas até 5%, no pregão – superiores a mais bem classificadas) poderá apresentar proposta de preço inferior ao da oferta considerada vencedora do certame. Somente neste caso é que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.12.2.2 - Finalmente, não havendo contratação de ME ou EPP nos moldes acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. Ressalte-se, ainda, que essas regras somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial já não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

8.13 - Superada a fase de classificação, o Pregoeiro passará a abertura do envelope de documentos da primeira colocada, examinando os mesmos;

8.14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a Proponente desatender as exigências para a habilitação. O Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor;

8.15 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, a qual, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelos licitantes;

8.16 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

## **9- DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

9.1 - No final da sessão, a Proponente que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção e suas razões, que será constado na Ata da Sessão, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais. Ficando as demais Proponentes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

9.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da Proponente importará: a decadência do direito de recurso;

9.3 - Inexistindo manifestação recursal, caberá a autoridade competente a adjudicação e homologação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

9.4 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

9.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à Proponente vencedora e homologará o procedimento;

9.6 - As decisões do Pregoeiro quanto a recurso serão divulgadas no site do município [www.campinaverde.mg.gov.br](http://www.campinaverde.mg.gov.br) ou enviadas pelo e-mail: [licitacao@campinaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao@campinaverde.mg.gov.br)

## **10 – DO VALOR REFERÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE:**

10.1 – O valor estimado global e de R\$ 165.600,00 (Cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais)

10.2 - Este Pregão terá validade por até 12 (doze) meses após sua assinatura.

## **11- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS FINANCEIROS**

11.1 - A despesa decorrente da execução da presente licitação correrão á conta das Dotações Orçamentárias do orçamento em vigor, abaixo descritas:

Ficha	Fonte	Dotação Orçamentária
194	100	02.05.04.04.129.0005.06.2.573.3.3.90.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

11.2 - O Município fará constar do orçamento do ano vigente e do ano seguinte: Exercício; 2022 e 2023, dotações para custear despesas relacionadas a esta licitação pelo prazo desta contratação.

11.3 - Os recursos financeiros são os provenientes das fontes financeiras constantes do quadro acima.

## **12 - DO CONTRATO**

12.1 - A empresa vencedora, após homologação, deverá assinar o “Termo de Contrato”, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da homologação;

12.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o “Termo de Contrato”, conforme estabelecido no subitem anterior caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades a que se refere à Lei nº8.666/93;

12.3 - Quando a Proponente Vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato (ou retirar o instrumento equivalente), será convocada as demais Proponentes classificadas na ordem de classificação;

12.4 - A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem que a empresa está cumprindo a Legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na Licitação;

12.5 - O prazo contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e por se tratar de serviços de natureza continuada, este contrato poderá ser prorrogado, se isto interessar as partes, desde que devidamente justificado nos termos do § 2º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

12.6 - A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº8.666/93.

12.7 - A Administração rejeitará o fornecimento, objeto desta licitação que estiver em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº8666/93).

12.8 - Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta Vencedora e seus Anexos, bem como o procedimento licitatório e seus anexos demais elementos concernentes à Licitação que servirem de base ao Processo Licitatório, independente de transcrição;

12.9 - Caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Extrato do Contrato conforme estabelece o Artigo 61, da Lei nº 8.666/93;

### **13- DAS OBRIGAÇÕES DACONTRATANTE**

13.1 - A CONTRATANTE obrigar-se-á:

13.1.1 - A proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;

13.1.2 - Fiscalizar e acompanhar, através da Secretaria solicitante, a execução do contrato, objeto deste Pregão Presencial;

13.1.3 - Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

13.1.4 - Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Secretaria solicitante nos prazos fixados.

13.1.5 - À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o fornecimento foi executado em conformidade com as especificações do contrato;

13.1.6 - A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

#### **14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á:

14.1 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas;

14.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

14.3 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto;

14.4 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

14.5 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição;

14.6 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes;

14.7 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93;

14.8 - Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, com apresentação da regularidade com o INSS, FGTS e Trabalhista, por ocasião da entrega das faturas/notas fiscais;

14.9 - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando do fornecimento do objeto contratado;

14.10 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do Contrato, de acordo Art. 65, § 1º da Lei nº8.666/93;

14.11 - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

14.12 - Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, comerciais, ambientais, trabalhistas e outros resultantes desta contratação;

14.13 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

14.14 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

14.15 - A CONTRATADA não poderá subcontratar para a execução do objeto deste contrato, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

14.16 - A CONTRATADA deverá empregar os métodos mais modernos pertinentes à execução do serviço, de acordo com as recomendações técnicas, bem como o emprego de pessoal especializado, necessários à perfeita execução do serviço, nos prazos estabelecidos.

## 15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado à(s) empresa(s) contratada(s) em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Solicitante que deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente ao objeto, a quantidade adquirida, Nº do Processo Licitatório e Nº do Contrato, sendo a mesma emitida sem rasura.

15.2 - Na apresentação da Nota Fiscal, a licitante vencedora deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito do INSS e Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e trabalhista com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade.

15.3 - Além da documentação fiscal relacionada no item anterior, a empresa deverá apresentar a nota fiscal relativa ao empenho emitido pela Prefeitura Municipal;

15.4 - O pagamento será realizado mediante crédito com Conta Corrente de titularidade do(s) fornecedor(es) ou através de cheque nominal a(s) empresa(s) fornecedora(s);

15.5 - Caso ocorra a qualquer tempo, a não aceitação do objeto e a não atestação de idoneidade da proponente, os pagamentos serão descontinuados e reiniciados após a correção necessária;

## 16 - DOS PREÇOS CONTRATADOS E SEUREAJUSTAMENTO

16.1 - Os preços da proposta do **FORNECEDOR CONTRATADO** deverão ser mantidos inalterados pelo período de vigência da contratação, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial do contrato. Neles já se encontram computados todos os impostos, taxas, contribuição social, encargos trabalhistas, fretes, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias para o fornecimento do objeto.

16.2 - Será considerado compatível com o preço de mercado, o preço que for igual ou inferior à média apurada pelo Departamento de Compras registrados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital;

16.3 - Quando o preço contratado tornar-se superior a média de preço de mercado, a **CONTRATANTE** deverá convocar o **FORNECEDOR CONTRATADO**, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-la à média apurada pelo Setor de Compras e Licitações;

16.4 - Quando o preço de mercado tornar-se inferior aos preços contratados o **FORNECEDOR** poderá encaminhar à **CONTRATANTE**, por escrito os pedidos de reequilíbrio de valores juntamente com os documentos comprobatórios de alteração de preços, que serão analisados e decididos pelo Setor Competente da Prefeitura de Campina Verde-MG,

16.5 - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do **FORNECEDOR CONTRATADO** e aquele vigente no mercado à época do contrato inicial – equação econômico-financeira.

16.6 - As alterações de preços oriundas de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão feitas por meio de Termo Aditivo.

## 17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL



17.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas; garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na minuta do contrato – Anexo VII deste edital;

## **18 – DAS PENALIDADES**

**18.1** - Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório; **(penalidade prevista no “Art. 93, Lei 8.666/93”)**.

18.2 –Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro ensejo de devassá-lo; (Pena prevista no “Art. 94 – Lei8666/93).

**18.3** - Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo. Incorre na mesma pena quem se abstém de licitar em razão de vantagem oferecida; **(Penalidade prevista no “Art. 95 Lei8666/93)**.

## **19 - DAFISCALIZAÇÃO**

19.01 - A fiscalização sobre a execução do contrato da presente licitação será exercida pelo Secretário solicitante, nos termos do Artigo 67 da Lei nº8.666/93.

## **20 - DARESCISÃO**

20.1 - O instrumento contratual firmado em decorrência do presente Licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

## **21 - DA ANULAÇÃO EREVOGAÇÃO**

21.1 - Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

21.2 - A nulidade do procedimento Licitatório induz à do Contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto do parágrafo único do Artigo 59 da Lei nº8.666/93.

## **22 - DAS CONSIDERAÇÕESFINAIS**

22.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa; respeitada à igualdade de oportunidade entre as Proponentes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;

22.2 - É facultado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários à instrução do processo Licitatório, vedada à inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente na proposta;



22.3 - A apresentação da Proposta de Preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão Presencial, sujeitando-se a Licitante as sanções previstas nos Artigo 87 e 88, da lei nº8.666/93;

22.4 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelas Proponentes presentes que desejarem;

22.5 - É vedada a subcontratação, parcial ou total, de empresa para o fornecimento do Objeto deste Pregão Presencial, salvo, com autorização da Contratante;

22.6 - Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Campina Verde-MG, à Rua 30 nº. 296, Bairro Medalha Milagrosa – CEP: 38270-00, Fone (34) 3412-9117, e-mail: [licitacao@campinaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao@campinaverde.mg.gov.br) com o pessoal do setor de licitações.

22.7 - É facultado ao Pregoeiro em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do valor ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

### **23 - CASOS OMISSOS**

23.1 - Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei Federal nº 10.520 e Lei nº 8.666/93.

### **24 - ANEXOS DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**

24.1 - Integram o presente Pregão Presencial, dele fazendo parte como se transcrito em seu corpo os seguintes anexos:

1. ANEXO I – TERMO DEREFERÊNCIA;
2. ANEXO II – MODELO CARTA CREDENCIAL/PROCURAÇÃO;
3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DOS REQUISITOS DEHABILITAÇÃO
4. ANEXO IV – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS;
5. ANEXO V – MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME OUEPP;
6. ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
7. ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO.

Prefeitura Municipal de Campina Verde-MG, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**Ayrton Carlos Rodrigues Júnior**  
Pregoeiro

**Helder Paulo Carneiro**  
Prefeito Municipal

**Nali Oliveira Azambuja de Souza**  
Secretaria Municipal de Fazenda

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 0011964/2022  
 Modalidade: Pregão Presencial  
 Edital Nº 33/2022  
 Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de Campina Verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

### 1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de campina verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

Prefeitura Municipal de Campina Verde					
Termo de Referência do Processo					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	VALOR	TOTAL
01	<p>Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de campina verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento aos fiscais tributários relacionados com arrecadação, tributação e fiscalização do ISSQN;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento da execução fiscal em diversos setores de prestação de serviços inclusive os setores de instituições financeiras, cartão de crédito/débito, cartórios e construção civil, com vistas à capacitação da fiscalização tributária;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e orientações gerenciais aplicadas ao processo de verificação fiscal, implantando e acompanhando as rotinas e procedimentos de fiscalização;</li> <li>• Implantação e acompanhamento de instruções gerenciais de fiscalização arrecadação e tributação, cerceadoras da sonegação e evasão fiscal abrangendo metodologias e critérios para apuração do crédito tributário relativo ao ISSQN e outros tributos municipais, específico para cada setor de prestação de serviço;</li> <li>• Desenvolvimento de relatórios gerenciais identificadores de inconsistências de arrecadação e tributação.</li> <li>• Implantação de medidas gerenciais cerceadoras da sonegação fiscal, no sistema de banco de dados da tributação municipal.</li> <li>• Apuração fiscal quanto ao ISSQN devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional e Micro Empreendedor Individual, mediante análise das informações prestadas através do Programa Gerador da Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D), com as informações das Declarações Eletrônicas de Serviços do município informadas com base na emissão das notas fiscais de prestação de serviço;</li> <li>• Orientações no sentido de instituir obrigações acessórias tributárias;</li> <li>• Orientar e indicar na propositura de alterações na legislação tributária do Município, se for o caso, com vistas às adequações e atualizações;</li> <li>• Atendimento presencial ao fisco de acordo com as necessidades da fiscalização tributária municipal;</li> </ul>	SE	12	R\$ 13.800,00	R\$ 165.600,00

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da equipe administrativa da área de tributação, arrecadação e fiscalização nas reuniões junto a órgãos municipais para resolução de pendências referentes a estas áreas;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio técnico junto à divisão de tributos municipal na retomada procedimental e levantamentos dos valores passíveis de incremento das rendas locais;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento aos servidores nas dúvidas de contribuintes do ISSQN, consultas e defesas administrativas tributárias;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento na execução dos atos de análise normativa e de documentos dos contribuintes, em questões de inadimplemento do tributo, na fiscalização e no lançamento do crédito tributário;</li> <li>• Transferência de conhecimento e orientação no tocante à qualificação dos agentes municipais envolvidos com a fiscalização tributária a fim de promover a identificação do ISSQN decorrente da prestação de serviços por instituições financeiras no território municipal, sem o respectivo e devido pagamento do ISSQN;</li> <li>• Preparação e desenvolvimento de intimação/notificação dos estabelecimentos para apresentação de documentos e posterior processamento das informações;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio administrativo as atividades de fiscalização tributária com foco em providências corretivas para melhorar e incrementar as rendas locais;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento durante a vigência do contrato junto ao setor de Tributos, com a finalidade orientar este departamento no tocante a arrecadação de tributos de competência municipal;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento à gestão da dívida ativa tributária municipal;</li> <li>• Cursos para capacitação dos funcionários municipais quando julgarem necessário e dentro da temática a ser discutidas com os Agentes de Fiscalização Tributária;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento direto ao Gestor da Pasta para as tomadas de decisões quanto à área da Receita Municipal;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento junto ao departamento de Fiscalização Municipal, acerca da elaboração dos Autos de Infração decorrentes dos levantamentos diversos a serem realizados;</li> <li>• Comparecimento presencial, na sede da Prefeitura Municipal, 02 (duas) vezes ao mês, e desenvolvimento de atividades na sede da empresa, e ainda através de consultas e atendimento via telefone, meios eletrônicos, videoconferências, reuniões, entre outros;</li> <li>• Consultas formais, com retorno sob forma de pareceres escritos.</li> </ul>				
<p>VALOR ESTIMADO GLOBAL : R\$ 165.600,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS)</p>				

## 2 - LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 - O item/serviço deverá ser entregue no local indicado pela administração segundo relação que acompanha este edital ou em qualquer outro endereço que por ventura venha ser solicitado pela administração, desde que este serviço seja atendido pelo fornecedor neste endereço novo indicado.

## 3 - PRAZO E EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

3.1 – Capacitação, treinamento e acompanhamento aos fiscais tributários relacionados com arrecadação, tributação e fiscalização do ISSQN;

3.2 – Capacitação, treinamento e acompanhamento da execução fiscal em diversos setores de prestação de serviços inclusive os setores de instituições financeiras, cartão de crédito/débito, cartórios e construção civil, com vistas à capacitação da fiscalização tributária;



- 3.3 – Capacitação, treinamento, acompanhamento e orientações gerenciais aplicadas ao processo de verificação fiscal, implantando e acompanhando as rotinas e procedimentos de fiscalização;
- 3.4 - Implantação e acompanhamento de instruções gerenciais de fiscalização arrecadação e tributação, cerceadoras da sonegação e evasão fiscal abrangendo metodologias e critérios para apuração do crédito tributário relativo ao ISSQN e outros tributos municipais, específico para cada setor de prestação de serviço;
- 3.5 - Desenvolvimento de relatórios gerenciais identificadores de inconsistências de arrecadação e tributação.
- 3.6 - Implantação de medidas gerenciais cerceadoras da sonegação fiscal, no sistema de banco de dados da tributação municipal.
- 3.7 - Apuração fiscal quanto ao ISSQN devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional e Micro Empreendedor Individual, mediante análise das informações prestadas através do Programa Gerador da Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D), com as informações das Declarações Eletrônicas de Serviços do município informadas com base na emissão das notas fiscais de prestação de serviço;
- 3.8 - Orientações no sentido de instituir obrigações acessórias tributárias;
- 3.9 - Orientar e indicar na propositura de alterações na legislação tributária do Município, se for o caso, com vistas às adequações e atualizações;
- 3.10 - Atendimento presencial ao fisco de acordo com as necessidades da fiscalização tributária municipal;
- 3.11 - Acompanhamento da equipe administrativa da área de tributação, arrecadação e fiscalização nas reuniões junto a órgãos municipais para resolução de pendências referentes a estas áreas;
- 3.12 – Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio técnico junto à divisão de tributos municipal na retomada procedimental e levantamentos dos valores passíveis de incremento das rendas locais;
- 3.13 – Capacitação, treinamento e acompanhamento aos servidores nas dúvidas de contribuintes do ISSQN, consultas e defesas administrativas tributárias;
- 3.14 – Capacitação, treinamento e acompanhamento na execução dos atos de análise normativa e de documentos dos contribuintes, em questões de inadimplemento do tributo, na fiscalização e no lançamento do crédito tributário;
- 3.15 - Transferência de conhecimento e orientação no tocante a qualificação dos agentes municipais envolvidos com a fiscalização tributária a fim de promover a identificação do ISSQN decorrente da prestação de serviços por instituições financeiras no território municipal, sem o respectivo e devido pagamento do ISSQN;
- 3.16 - Preparação e desenvolvimento de intimação/notificação dos estabelecimentos para apresentação de documentos e posterior processamento das informações;
- 3.18 – Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio administrativo as atividades de fiscalização tributária com foco em providências corretivas para melhorar e incrementar as rendas locais;
- 3.19 – Capacitação, treinamento e acompanhamento durante a vigência do contrato junto ao setor de Tributos, com a finalidade orientar este departamento no tocante a arrecadação de tributos de competência municipal;
- 3.20 - Capacitação, treinamento e acompanhamento à gestão da dívida ativa tributária municipal;
- 3.21 - Cursos para capacitação dos funcionários municipais quando julgarem necessário e dentro da temática a ser discutidas com os Agentes de Fiscalização Tributária;



3.22 – Capacitação, treinamento e acompanhamento direto ao Gestor da Pasta para as tomadas de decisões quanto à área da Receita Municipal;

3.23 – Capacitação, treinamento e acompanhamento junto ao departamento de Fiscalização Municipal, acerca da elaboração dos Autos de Infração decorrentes dos levantamentos diversos a serem realizados;

3.24 - Comparecimento presencial, na sede da Prefeitura Municipal, 02 (duas) vezes ao mês, e desenvolvimento de atividades na sede da empresa, e ainda através de consultas e atendimento via telefone, meios eletrônicos, videoconferências, reuniões, entre outros;

3.25 - Consultas formais, com retorno sob forma de pareceres escritos.

#### **4 - DO CONTRATO**

4.1- Conforme estabelecido neste edital e Minuta de Contrato - Anexo VII

Prefeitura Municipal de Campina Verde-MG, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Secretária Solicitante:

**Nali Oliveira Azambuja de Souza**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**



## ANEXO II – (MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO)

Processo Nº 0011964/2022  
Modalidade: Pregão Presencial  
Edital Nº 33/2022  
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de Campina Verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

Pelo presente instrumento, a empresa.....C.N.P.J....., endereço ....., por seu(s)representante(s)legal(is) abaixo assinado(s), nomeia e constitui o Sr. ...., Cargo:.....; inscrito no CPF sob o nº , portador da cédula de identidade RG no. ...., residente e domiciliado em , com endereço comercial na ,ao qual **OUTORGA AMPLOS PODERES** para representá-la em todos os atos inerentes ao **PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL Nº 33/2022**, do Município de Campina Verde-MG, podendo, formular lances, complementar, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações, assinar declarações, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste instrumento.

Domicílio do Licitante, aos.....de .....de2022.

ASS.: .....

Representante(s) legal(is) com carimbo da licitante

### Obs.:

- 1) Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel impresso pela empresa licitante, em atendimento ao Edital;
- 2) Apresentar no ato do credenciamento.



**ANEXO III (MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO)**

Processo Nº 0011964/2022  
Modalidade: Pregão Presencial  
Edital Nº 33/2022  
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de Campina Verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

A empresa.....,CNPJ .....,  
com sede na Rua/AV...../MG, neste ato  
representada pelo(a) Sr(a).....RG nº .....,  
CPF nº .....,estado civil ....., **DECLARA** sob as penas da lei,  
que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal  
nº 10.520 de 17/07/2002.

.....de.....de2022.

---

Nome Legível e Assinatura

Obs. Apresentar esta declaração juntamente com os documentos de credenciamento.



#### ANEXO IV – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Processo Nº 0011964/2022  
Modalidade: Pregão Presencial  
Edital Nº 33/2022  
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de Campina Verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

Eu.....(nome completo)....., representante legal da empresa  
....., com sede na rua ....., inscrita no CNPJ sob nº.  
....., interessada em participar da licitação em epigrafe, do  
**MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE-MG, DECLARO**, sob as penas da Lei, o que segue:

a) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; ( )

b) para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº.9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.()

Ressalva:Emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz (\_\_\_\_\_)  
(Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

c) nos termos do parágrafo 6º do Artigo 27 da Lei nº.6.544, de 22 de novembro de 1.989, a (nome da pessoa Jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

d) **Declara** sob penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** são servidores públicos municipais ou ocupantes de cargos comissionados ou outros cargos, no Município de Campina Verde-MG, descritos no art. 9, III da Lei 8.666/93 e que **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau do Prefeito, Secretários Municipais e principalmente ao Pregoeiro e Equipe de Apoio e membros da comissão de licitação, ou qualquer outra autoridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.

Local, data

\_\_\_\_\_  
( assinatura do representante legal)

Nome:.....

RG: .....

**Obs.:**

- 1- Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel impresso pela empresa licitante, em atendimento ao Edital.
- 2- Apresentar no ato do credenciamento.



## ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME OU EPP

Processo Nº 0011964/2022  
Modalidade: Pregão Presencial  
Edital Nº 33/2022  
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de Campina Verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

**AO**  
**Município de Campina Verde-MG**  
**A/C Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio**  
**Ref. Pregão Presencial – Edital nº 33/2022**

A Empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede à ..... nº ....., Bairro ....., em Campina Verde-MG, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) ....., portador(a) do R.G. nº ...../..... e do CPF nº ....., **DECLARA** que se enquadra como **Microempresa - ME ( )** ou **Empresa de Pequeno Porte – EPP ( )**, nos termos do enquadramento previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de novembro de 2006, cujos termos **declaro** conhecer na íntegra, bem como não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º. **DECLARA**, ainda, estar ciente das sanções que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no artigo 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e Data:

Assinatura do Represente Legal

Nome: \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

**Obs.:**

- 1- Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel impresso pela empresa licitante, em atendimento ao Edital;
- 2- Apresentar no ato do credenciamento.



## ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Nº 0011964/2022  
 Modalidade: Pregão Presencial  
 Edital Nº 33/2022  
 Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de Campina Verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

**(preenchida em papel timbrado da licitante)**

Razão Social:.....  
 CNPJ/INSC. ESTADUAL:...../  
 Endereço:.....  
 Telefone:.....  
 Nome do Representante Legal: .....  
 Identidade do Representante Legal CPF do Representante Legal: ..... / .....

Ao Município de Campina Verde-MG.

Apresentamos abaixo a proposta comercial para o fornecimento de prestação de serviços técnico especializado em administração pública.

Prefeitura Municipal de Campina Verde		No PROCESSO: 00 _____			
Termo de Referência do Processo		DATA ABERTURA _/_/2022			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR	TOTAL
01	<p>Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de campina verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento aos fiscais tributários relacionados com arrecadação, tributação e fiscalização do ISSQN;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento da execução fiscal em diversos setores de prestação de serviços inclusive os setores de instituições financeiras, cartão de crédito/débito, cartórios e construção civil, com vistas à capacitação da fiscalização tributária;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e orientações gerenciais aplicadas ao processo de verificação fiscal, implantando e acompanhando as rotinas e procedimentos de fiscalização;</li> <li>• Implantação e acompanhamento de instruções gerenciais de fiscalização arrecadação e tributação, cerceadoras da sonegação e evasão fiscal abrangendo metodologias e critérios para apuração do crédito tributário relativo ao ISSQN e outros tributos municipais, específico para cada setor de prestação de serviço;</li> <li>• Desenvolvimento de relatórios gerenciais identificadores de inconsistências de arrecadação e tributação.</li> <li>• Implantação de medidas gerenciais cerceadoras da sonegação fiscal, no sistema de banco de dados da tributação municipal.</li> <li>• Apuração fiscal quanto ao ISSQN devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional e Micro</li> </ul>	SE	12	R\$	R\$

	<p>Empreendedor Individual, mediante análise das informações prestadas através do Programa Gerador da Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D), com as informações das Declarações Eletrônicas de Serviços do município informadas com base na emissão das notas fiscais de prestação de serviço;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientações no sentido de instituir obrigações acessórias tributárias;</li> <li>• Orientar e indicar na propositura de alterações na legislação tributária do Município, se for o caso, com vistas às adequações e atualizações;</li> <li>• Atendimento presencial ao fisco de acordo com as necessidades da fiscalização tributária municipal;</li> <li>• Acompanhamento da equipe administrativa da área de tributação, arrecadação e fiscalização nas reuniões junto a órgãos municipais para resolução de pendências referentes a estas áreas;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio técnico junto à divisão de tributos municipal na retomada procedimental e levantamentos dos valores passíveis de incremento das rendas locais;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento aos servidores nas dúvidas de contribuintes do ISSQN, consultas e defesas administrativas tributárias;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento na execução dos atos de análise normativa e de documentos dos contribuintes, em questões de inadimplemento do tributo, na fiscalização e no lançamento do crédito tributário;</li> <li>• Transferência de conhecimento e orientação no tocante à qualificação dos agentes municipais envolvidos com a fiscalização tributária a fim de promover a identificação do ISSQN decorrente da prestação de serviços por instituições financeiras no território municipal, sem o respectivo e devido pagamento do ISSQN;</li> <li>• Preparação e desenvolvimento de intimação/notificação dos estabelecimentos para apresentação de documentos e posterior processamento das informações;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio administrativo as atividades de fiscalização tributária com foco em providências corretivas para melhorar e incrementar as rendas locais;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento durante a vigência do contrato junto ao setor de Tributos, com a finalidade orientar este departamento no tocante a arrecadação de tributos de competência municipal;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento à gestão da dívida ativa tributária municipal;</li> <li>• Cursos para capacitação dos funcionários municipais quando julgarem necessário e dentro da temática a ser discutidas com os Agentes de Fiscalização Tributária;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento direto ao Gestor da Pasta para as tomadas de decisões quanto à área da Receita Municipal;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento junto ao departamento de Fiscalização Municipal, acerca da elaboração dos Autos de Infração decorrentes dos levantamentos diversos a serem realizados;</li> <li>• Comparecimento presencial, na sede da Prefeitura Municipal, 02 (duas) vezes ao mês, e desenvolvimento de atividades na sede da empresa, e ainda através de consultas e atendimento via telefone, meios eletrônicos, videoconferências, reuniões, entre outros;</li> <li>• Consultas formais, com retorno sob forma de pareceres escritos.</li> </ul>				
<p>VALOR TOTAL GLOBAL.....R\$0,00</p>					

**Prazo de Validade da Proposta**.....( .....) dias. (Não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da datada apresentação da proposta .

**Local e forma do Fornecimento:**

- O Objeto deste contrato deverá ser fornecido segundo o quantitativo solicitado no endereço Rua/Av: Rua 30(TRINTA), nº 296, bairro Medalha Milagrosa, Campina Verde-MG - CEP: 38270-00



- **Condições de Pagamento:**.....(.....) dias (não inferior a 30 (trinta) dias após a emissão de Nota Fiscal referente ao fornecimento do item/serviço solicitado.

**DECLARAÇÃO:**

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do avençado, tipo despesa com transporte, frete, descarregamento, garantia, seguro, encargos da legislação trabalhista e previdenciária, impostos, taxas, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas do Edital e seus anexos.

OBS: - HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR UNITÁRIO E O TOTAL SERÁ CONSIDERADO O VALORUNITÁRIO.

- É OBRIGADO A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPRESSA E ASSINADA.

- NA ENTREGA OS MESMOS SERÃO TESTADOS E DEVEM SER TROCADOS TODOS QUE APRESENTAREM ALGUM DEFEITO.

---

Nome e assinatura do Representante Legal da empresa e carimbo se houver



## ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

Processo Nº 0011964/2022  
Modalidade: Pregão Presencial  
Edital Nº 33/2022  
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de Campina Verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL.

**CONTRATO Nº ...../2022**

**CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE-MG E A EMPRESA**

.....  
.....,  
.....,  
**NO VALOR TOTAL ESTIMADO DE R\$.....**  
**(.....), NOS TERMOS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº .....,**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL Nº 33/2022, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, E CLÁUSULAS**  
**ABAIXO QUE RECIPOCAMENTE ACERTAM E OUTORGAM.**

### I – CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS PARTES:

**1.1- O Município de Campina Verde, Estado de Minas Gerais,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.457.291/0001-07, com sede à Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa - CEP: 38270-000 – Campina Verde-MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Helder Paulo Carneiro, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, portador da Cédula de Identidade nº M-9.319612 SSP/MG, CPF: 002.255.366-50 residente nesta cidade à Rua Trinta e Dois, Nº 1.017, Bairro Centro, CEP: 38270-000 em Campina Verde-MG, neste instrumento contratual denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

**1.2- A Empresa .....,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., Inscrição Estadual nº ....., localizada à Rua/Avenida ....., nº ....., Bairro ....., CEP: ....., na cidade de ....., Estado de ....., neste instrumento contratual denominada simplesmente **CONTRATADA.**

### 2- CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1 - Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de campina verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência, tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL, segundo solicitação da Secretaria a contar da data de assinatura deste contrato, constantes do quadro abaixo:

	Prefeitura Municipal de Campina Verde		No PROCESSO: 00 _____		
	Termo de Referência do Processo		DATA ABERTURA __/__/2022		
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR	TOTAL
01	<p>Contratação de serviços de capacitação, treinamento, acompanhamento, do setor de tributos e fiscalização da secretaria de fazenda de campina verde, visando à otimização da arrecadação dos tributos municipais, conforme termo de referência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento aos fiscais tributários relacionados com arrecadação, tributação e fiscalização do ISSQN;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento da execução fiscal em diversos setores de prestação de serviços inclusive os setores de instituições financeiras, cartão de crédito/débito, cartórios e construção civil, com vistas à capacitação da fiscalização tributária;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e orientações gerenciais aplicadas ao processo de verificação fiscal, implantando e acompanhando as rotinas e procedimentos de fiscalização;</li> <li>• Implantação e acompanhamento de instruções gerenciais de fiscalização arrecadação e tributação, cerceadoras da sonegação e evasão fiscal abrangendo metodologias e critérios para apuração do crédito tributário relativo ao ISSQN e outros tributos municipais, específico para cada setor de prestação de serviço;</li> <li>• Desenvolvimento de relatórios gerenciais identificadores de inconsistências de arrecadação e tributação.</li> <li>• Implantação de medidas gerenciais cerceadoras da sonegação fiscal, no sistema de banco de dados da tributação municipal.</li> <li>• Apuração fiscal quanto ao ISSQN devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional e Micro Empreendedor Individual, mediante análise das informações prestadas através do Programa Gerador da Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D), com as informações das Declarações Eletrônicas de Serviços do município informadas com base na emissão das notas fiscais de prestação de serviço;</li> <li>• Orientações no sentido de instituir obrigações acessórias tributárias;</li> <li>• Orientar e indicar na propositura de alterações na legislação tributária do Município, se for o caso, com vistas às adequações e atualizações;</li> <li>• Atendimento presencial ao fisco de acordo com as necessidades da fiscalização tributária municipal;</li> <li>• Acompanhamento da equipe administrativa da área de tributação, arrecadação e fiscalização nas reuniões junto a órgãos municipais para resolução de pendências referentes a estas áreas;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio técnico junto à divisão de tributos municipal na retomada procedimental e levantamentos dos valores passíveis de incremento das rendas locais;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento aos servidores nas dúvidas de contribuintes do ISSQN, consultas e defesas administrativas tributárias;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento na execução dos atos de análise normativa e de documentos dos contribuintes, em questões de inadimplemento do tributo, na fiscalização e no lançamento do crédito tributário;</li> <li>• Transferência de conhecimento e orientação no tocante à qualificação dos agentes municipais envolvidos com a fiscalização tributária a fim de promover a identificação do ISSQN decorrente da prestação de serviços por instituições financeiras no território municipal, sem o respectivo e devido pagamento do ISSQN;</li> <li>• Preparação e desenvolvimento de intimação/notificação dos estabelecimentos para apresentação de documentos e posterior processamento das informações;</li> <li>• Capacitação, treinamento, acompanhamento e apoio administrativo às atividades de fiscalização tributária com foco em providências corretivas para melhorar e incrementar as rendas locais;</li> </ul>	SE	12	R\$	R\$

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento durante a vigência do contrato junto ao setor de Tributos, com a finalidade orientar este departamento no tocante a arrecadação de tributos de competência municipal;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento à gestão da dívida ativa tributária municipal;</li> <li>• Cursos para capacitação dos funcionários municipais quando julgarem necessário e dentro da temática a ser discutidas com os Agentes de Fiscalização Tributária;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento direto ao Gestor da Pasta para as tomadas de decisões quanto à área da Receita Municipal;</li> <li>• Capacitação, treinamento e acompanhamento junto ao departamento de Fiscalização Municipal, acerca da elaboração dos Autos de Infração decorrentes dos levantamentos diversos a serem realizados;</li> <li>• Comparecimento presencial, na sede da Prefeitura Municipal, 02 (duas) vezes ao mês, e desenvolvimento de atividades na sede da empresa, e ainda através de consultas e atendimento via telefone, meios eletrônicos, videoconferências, reuniões, entre outros;</li> <li>• Consultas formais, com retorno sob forma de pareceres escritos.</li> </ul>				
<b>VALOR TOTAL GLOBAL.....R\$0,00</b>					

**2.1.** O objeto licitado deverá ser entregue segundo a descrição acima a contar da ordem de empenho fornecida pela Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG.

**2.2.** A descrição detalhada está no termo de referência do edital.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EFINANCEIROS:**

**3.1.** As despesas relacionadas a aquisição prevista neste contrato, correrão à conta da dotação orçamentária descritas no quadro abaixo e constantes do orçamento em vigor. E para o ano seguinte - 2022, as que vier em substituí-las;

**3.2.** Os recursos financeiros são os provenientes da fonte financeira descritas no quadro abaixo:

Ficha	Fonte	Dotação Orçamentária
194	100	02.05.04.04.129.0005.06.2.573.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS**

**4.1.** O prazo contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e por se tratar de serviços de natureza continuada, este contrato poderá ser prorrogado, se isto interessar as partes, desde que devidamente justificado nos termos do § 2º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**5- CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO E FORMA DE PAGAMENTO:**

**5.1.** Na Nota Fiscal deverá constar o item/serviço conforme o descrito na cláusula segunda deste contrato, com o número do Pregão – Edital nº 33/2022, e deverá ser emitida uma NF para a ficha orçamentária empenhada, para fins contábeis.

**5.2.** Após a devida conferência da Secretaria requisitante, sendo o mesmo aceite, os valores devidos pela **Contratante** serão pagos em até 30 (trinta) dias após a data da entrega do produto,

mediante a entrega da Nota Fiscal, e a comprovação da regularidade com o INSS, FGTS e Trabalhista.

**5.3.** Quando for constatada qualquer irregularidade no documento fiscal (NF) será imediatamente solicitado à **Contratada**, Carta de Correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada ao Setor Financeiro do Município no prazo de 3 (três) dias úteis.

**5.4.** Caso a **Contratada** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA: DASSANÇÕES:**

Para a **Contratada**, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa, gradual conforme a gravidade de infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 30 % (trinta por cento) do valor do contrato, atualizado à data da infração, cumulável com as demais sanções;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, conforme Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e 8.666/93;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**§ 1º** : A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à sede da CONTRATANTE, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor será descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, caso justificados até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão, a critério e juízo da CONTRATANTE, relevar as multas aplicadas;

**§ 2º** : A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do objeto for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, que fixará novo prazo, este improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

**6.2.** É vedada a transferência total, ou parcial, para terceiros, do objeto do contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS CONTRATADOS E SEU AJUSTAMENTO:**

**7.1.** Os preços contratados deverão ser mantidos inalterados pelo período de vigência da contratação, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial do contrato. Neles já se encontram computados todos os impostos, taxas, contribuição social, encargos trabalhistas, fretes, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias para o fornecimento do objeto. (**art. 65 II “d” – Lei Federal nº 8.666/93**).

**7.2.** Será considerado compatível com o preço de mercado, o preço que for igual ou inferior à média apurada pelo Departamento de Compras e Licitações;

**7.3** – Quando o preço contratado tornar-se superior a média de preço de mercado, a CONTRATANTE deverá convocar o **FORNECEDOR CONTRATADO**, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-la à média apurada pelo Setor de Compras e Licitações;



**7.4.** - Quando o preço contratado tornar-se inferior a média de preço de mercado, o **FORNECEDOR CONTRATADO** poderá encaminhar à CONTRATANTE, por escrito os pedidos de reequilíbrio de valores juntamente com os documentos comprobatórios de alteração de preços, que serão analisados e decididos pelo Setor Competente da Prefeitura de Campina Verde-MG,

**7.5.** Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do **FORNECEDOR CONTRATADO** e aquele vigente no mercado à época do contrato inicial – equação econômico-financeira.

**7.6.** As alterações de preços oriundas de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, bem como a redução serão feitas por meio de Termo Aditivo.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA: DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**8.1.** A **Contratada** se obriga a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste contrato e procedimento licitatório – Pregão presencial – Edital n.º 33/2022, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu total, de acordo com § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.;

#### **9. CLÁUSULA NONA: DAVIGÊNCIA:**

**9.1.** O prazo contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e por se tratar de serviços de natureza continuada, este contrato poderá ser prorrogado, se isto interessar as partes, desde que devidamente justificado nos termos do § 2º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO**

**10.1.** Qualquer fato que for apurado em detrimento da execução deste contrato, ocasionará rescisão imediata do mesmo.

**10.2.** Constituem causas para a rescisão do contrato, aquelas previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1992 e suas alterações.

**10.3.** Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da EMPRESA, fica a PREFEITURA/MUNICÍPIO autorizada a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados;

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**11.1.** A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **FORNECEDOR CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação.

**11.2.** Fica fazendo parte integrante deste contrato, independente de transcrição, o processo licitatório – Pregão Presencial, Edital nº 33/2022 e seus anexos, proposta de preços apresentada e vencedora.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Campina Verde-MG para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este contrato que, depois de lido e achado de acordo, foi assinado pelas partes e testemunhas, em 3 (três) vias de igual teor e forma..



Campina Verde-MG, ..... de ..... de 2022

CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_

Município de Campina Verde/MG  
Helder Paulo Carneiro  
Prefeito Municipal

CONTRATADA:

**Testemunhas:**

1- \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_